



1 Às nove horas do dia dezesseis de janeiro de dois mil e dezoito, na sede do Tribunal de Contas
2 dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva
3 Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **DANIEL LAVAREDA**; presentes os Conselheiros,
4 **ALOSIO CHAVES, MARA LÚCIA, CEZAR COLARES, ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES E**
5 **SÉRGIO LEÃO**; e o Conselheiro Substituto **SÉRGIO DANTAS**, nos termos da Resolução
6 Administrativa nº 007/2017. Ausências justificada do Conselheiro, **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**;
7 presença da Procuradora do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará,
8 **ELISABETH SALAME DA SILVA**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos
9 Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do
10 Regimento Interno desta Corte. Convocada a Conselheira Substituta, **ADRIANA OLIVEIRA**,
11 para composição de quorum, nos termos da alínea "c", do inciso III, do Artigo 72 do Regimento
12 Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se
13 manifestou: *"havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste*
14 *Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria"*. Houve votação e
15 aprovação da Ata da Sessão Ordinária nº074/2017. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE**
16 **JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº 201712746-**
17 **00; FUNDEB de São Francisco do Pará; Juízo de Admissibilidade de 2012; Despacho de**
18 **não admissibilidade de embargo de declaração; Responsável: Cledson de Souza Leitão (01/01 A**
19 **04/06), Reginaldo de Araujo Vasconcelos(05/06 a 31/07) e Ana Soraia da Silva Vasconcelos**
20 **(01/08 a 31/12); Instrução: 4ª Controladoria; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães;**
21 **Advogado/Contador: João Luis Brasil Batista Rolim de Castro - OAB/PA 14.045; Publicado no**
22 **DOE nº 238 de 12/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
23 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo não conhecimento dos embargos nos termos
24 do Art. 263 do RI/TCM/PA. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu
25 seu **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Cezar Colares e Sérgio
26 Leão, bem como os Conselheiro Substitutos Sérgio Dantas e Adriana Oliveira, acompanharam o
27 Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
28 pelo não conhecimento dos presentes embargos de declaração (Acórdão nº 31.672). Presidência
29 do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 1070012010-00; Prefeitura Municipal de**
30 **Abel Figueiredo; Prestação de Contas de 2010; Contas Anuais de Governo; Responsável:**
31 **Hidelfonso de Abreu Araújo; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora**
32 **Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 238 de**
33 **12/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público retificou seu
34 posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela regularidade das
35 contas, e aplicação de multas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
36 proferiu seu **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Cezar Colares,
37 Antonio José Guimarães, bem como os Conselheiro Substitutos Sérgio Dantas e Adriana Oliveira,
38 acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
39 **unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas (Resolução
40 nº 13.638). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 1070012010-00;**



41 **Prefeitura Municipal de Abel Figueiredo; Prestação de Contas de 2010;** Contas Anuais
42 **de Gestão; Responsável: Hidelfonso de Abreu Araújo; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério**
43 **Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no**
44 **DOE nº 238 de 12/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público retificou
45 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, e aplicação de
46 multas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO. Em**
47 **votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Cezar Colares, Antonio
48 José Guimarães, bem como o Conselheiro Substituto Sérgio Dantas, acompanharam o Relator na
49 íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
50 regularidade das contas, com ressalvas e aplicação de multas (Acórdão nº 31.673). Presidência
51 do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 870012010-00; Prefeitura Municipal de**
52 **Xinguara; Prestação de Contas de 2010;** Contas Anuais de Governo; Responsável: José
53 David Passos; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina
54 Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 238 de 12/01/2018.**
55 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
56 manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, e aplicação de
57 multas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO. Em**
58 **votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Antonio José Guimarães,
59 bem como os Conselheiro Substitutos Sérgio Dantas e Adriana Oliveira, acompanharam o Relator
60 na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
61 emissão parecer prévio pela irregularidade das contas, e aplicação de multas (Resolução nº
62 13.639). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 870012010-00; Prefeitura**
63 **Municipal de Xinguara; Prestação de Contas de 2010;** Contas Anuais de Gestão;
64 **Responsável: José David Passos; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora**
65 **Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 238 de**
66 **12/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
67 posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, e aplicação de multas.
68 A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO. Em votação:**
69 Os Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Antonio José Guimarães, bem como
70 os Conselheiro Substitutos Sérgio Dantas e Adriana Oliveira, acompanharam o Relator na íntegra.
71 A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das
72 contas, aplicação de multas, e o encaminhamento de cópias dos autos ao Ministério Público
73 Estadual (Acórdão nº 31.674). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**
74 **953352004-00; Fundo Municipal de Educação de Medicilândia; Prestação de Contas**
75 **de 2004;** Contas Anuais; Responsável: Bartolomeu Lucena (01/01 a 31/03), Maria da Assunção
76 (01/04 a 30/04) e Edimiel da Silva Almeida (01/05 a 31/12); Instrução: 6ª Controladoria;
77 Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves;
78 Advogado/Contador: Leonardo P. de Figueiredo - CRC/Pa 10.362; **Publicado no DOE nº 238**
79 **de 12/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
80 posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas de ambos Ordenadores.



81 A matéria foi colocada **em discussão**: O Conselheiro Daniel Lavareda pediu a palavra para
82 divergir quanto as falas apontadas no Relatório Técnico em que o Ministério Público manifestou-
83 se pela irregularidade das contas de ambos Ordenadores, por entender que as mesmas não
84 ensejariam reprovação das contas. No caso da Ordenadora Maria da Assunção por dois motivos:
85 pelo valor apontado no Agente Ordenador (considerado pequeno), e pelo fato da mesma ter sido
86 Ordenadora de despesas em um curto período de tempo, e que por esta razão, é difícil apurar se
87 ela foi responsável pelo Agente Ordenador constante nos autos. E quanto ao Sr. Edmiel da Silva
88 Almeida, o Art. 212 da Constituição Federal, pelo qual foi responsabilizado, deveria ser apurado
89 somente nas Contas de Governo da Prefeitura, e não nas contas do Fundo. O Conselheiro Relator
90 proferiu seu **VOTO**: "1 - Pela aprovação, com ressalva, das contas do Sr. Bartolomeu Lucena, Ordenador
91 do Fundo Municipal de Educação de Medicilândia, no período de 01/01 a 31/03/2004, na forma do art. 45,
92 II da Lei Complementar 109/2016, devendo ser expedido o competente Alvará de Quitação pela despesa
93 ordenada, no valor de R\$1.004.590,18 (hum milhão, quatro mil, quinhentos e noventa reais e dezoito
94 centavos), condicionado ao recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do § 1º do
95 art. 278 do RI/TCM/Pa, da seguinte multa: a) 300,57 UPF-Pa1, que correspondem nesta data ao valor de
96 R\$- 1.000,00 (um mil reais), nos termos do art. 282, IV, "b" do RITCM-PA, pelos valores descontados de
97 INSS, INSS Serviços, IRRF e ISS, terem sido maiores que os repassados aos consignadores. 2 - Pela
98 aprovação com ressalvas, das contas da Sra. Maria da Assunção, Ordenadora do Fundo Municipal de
99 Educação de Medicilândia, no período de 01/04 a 31/04/2004, na forma dos arts. 45, II, da Lei
100 Complementar nº 109/2016, condicionando o Alvará de Quitação, no valor de R\$329.329,34 (trezentos e
101 vinte e nove mil, trezentos e vinte e nove reais, e trinta e quatro centavos), ao recolhimento ao FUMREAP,
102 no prazo de 30 (trinta) dias, das seguintes multas: a) 1.168,27 UPF-Pa, que correspondem nesta data ao
103 valor de R\$3.886,92 (três mil, oitocentos e oitenta e seis reais e noventa e dois centavos), nos termos do
104 art. 284, IV, do RITCM-PA, pela remessa da prestação de contas do 1º quadrimestre fora do prazo legal
105 (149 dias); b) 300,57 UPF-Pa, que correspondem nesta data ao valor de R\$1.000,00 (um mil reais), nos
106 termos do art. 282, III, "a", do RITCM-PA, pela não remessa do Parecer do Conselho Municipal de
107 Educação; c) 300,57 UPF-Pa, que correspondem nesta data ao valor de R\$1.000,00 (um mil reais), nos
108 termos do art. 282, IV, "b", do RITCM-PA, pelos valores descontados de INSS, INSS Serviços, IRRF e ISS,
109 terem sido maiores que os repassados aos consignadores. 3) Pela reprovação das contas do Sr. Edmiel da
110 Silva, Ordenador do Fundo Municipal de Educação de Medicilândia, no período de 01/05 a 31/12/2004, na
111 forma do art. 45, III, "c" da Lei Complementar 109/2016, devendo o referido ordenador, recolher ao
112 FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do § 1º, art. 278 do RI/TCM/Pa, as seguintes multas:
113 a) 876,44 UPF-Pa, que correspondem nesta data ao valor de R\$2.916,00 (dois mil, novecentos e dezesseis
114 reais), nos termos do art. 284, III, do RITCM-PA, pela remessa da prestação de contas do 2º quadrimestre
115 fora do prazo legal (77 dias); b) 1.168,27 UPF-Pa, equivalentes nesta data ao valor de R\$3.886,92 (três
116 mil, oitocentos e oitenta e seis reais e noventa e dois centavos), nos termos do art. 284, IV, do RITCM-PA,
117 pela remessa da prestação de contas do 3º quadrimestre fora do prazo legal (atraso superior a 90 dias); c)
118 300,57 UPF-Pa, que correspondem nesta data ao valor de R\$1.000,00 (um mil reais), nos termos do art.
119 282, IV, "b", do RITCM-PA, pelos valores descontados de INSS, INSS Serviços, IRRF e ISS, terem sido
120 maiores que os repassados aos consignadores, deixando o FME em débito com o INSS e Prefeitura; d)
121 300,57 UPF-Pa, equivalente nesta data ao valor de R\$1.000,00 (um mil reais), nos termos do art. 282, III,
122 "a", do RITCM-PA, pela não remessa da relação de Bens Patrimoniais adquiridos pelo FME em 2004; e)



123 300,57 UPF-Pa, equivalente nesta data ao valor de R\$1.000,00 (um mil reais), nos termos do art. 282, III,
124 "a", do RITCM-PA, pela ausência dos Pareceres do Conselho Municipal de Educação na prestação de contas
125 do 2º e 3º quadrimestres; f) 601,13 UPF-Pa, equivalente nesta data ao valor de R\$2.000,00 (dois mil
126 reais), nos termos do art. 282, I, "b", do RITCM-PA, pelo não cumprimento do Art. 212, da Constituição
127 Federal, tendo aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, o percentual de 22,91% dos
128 recursos de impostos arrecadados e transferidos, posto que recebeu da Prefeitura recursos da educação, e
129 não aplicou corretamente, respondendo portanto, solidariamente com o Prefeito Municipal, Ficam, desde
130 já, advertidos os ordenadores responsáveis, que o não recolhimento das multas fixadas, no prazo de 30
131 (trinta) dias, após o trânsito em julgado da presente decisão, importará, nos termos do art. 303, do
132 RITCM-PA (Ato nº 18/2017), no acréscimo de correção monetária, multa e juros de mora, nos seguintes
133 termos: (I) multa de mora de 0,10% (dez centésimo por cento) do valor da multa, por dia de atraso, até o
134 limite de 36% (trinta e seis por cento); (II) correção monetária do seu valor, calculada, desde a data em
135 que deveria ser pago até o efetivo pagamento, com base na variação da Unidade Padrão Fiscal do Estado
136 do Pará – UPF-PA e (III) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, desde a data em que
137 deveria ser pago até o efetivo pagamento. É o voto". **Em votação:** A Conselheira Mara Lúcia, os
138 Conselheiros Cezar Colares, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, bem como o Conselheiro
139 Substituto Sérgio Dantas, acompanharam o Relator na íntegra. O Conselheiro Daniel Lavareda,
140 acompanhou o Relator quanto a regularidade das contas, com ressalvas, dos Srs. Bartolomeu
141 Lucena e Maria da Assunção, com as multas sugeridas no voto; e divergiu quanto a irregularidade
142 das contas de responsabilidade do Sr. Edmiel da Silva, por entender que não cabe a este
143 Ordenador a responsabilização baseada no Art. 212 da Constituição Federal, votando por tanto,
144 pela regularidade das contas, com aplicação de multas. A Presidência proclamou a **Decisão:** O
145 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, de responsabilidade dos Srs.
146 Bartolomeu Lucena e Mara da Assunção com aplicação de multas. **Por maioria:** decidiu pela
147 irregularidade das contas de responsabilidade do Sr. Edimiel da Silva Almeida, com recolhimento
148 aos cofres municipais, e aplicação de multas (Acórdão nº 31.675). Presidência do Conselheiro
149 Daniel Lavareda. **Processo nº 1350042012-00; Fundo Municipal de Saúde de Curuá;**
150 **Prestação de Contas de 2012;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Deusalina Barbosa
151 Ribeiro; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros;
152 Relatora: Conselheira Mara Lúcia Barbalho; **Publicado no DOE nº 238 de 12/01/2018.**
153 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
154 manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** A
155 Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** **Em votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel
156 Lavareda, Cezar Colares, Antonio José Guimarães, Sérgio Leão, bem como o Conselheiro
157 Substituto Sérgio Dantas, acompanharam a Relatora na íntegra. A Presidência proclamou a
158 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e
159 aplicação de multa (Acórdão nº 31.676). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo**
160 **nº 940052013-00; Fundo Municipal de Saúde de Mãe do Rio; Prestação de Contas de**
161 **2013;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Ana Cláudia Ribeiro Picanço (01/01 a 31/08) e
162 Farncisco Gonzaga de Queiroga Sobrinho (01/09 a 31/12); Instrução: 3ª Controladoria; Ministério
163 Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia Barbalho; **Publicado**



164 **no DOE nº 238 de 12/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
165 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com
166 recolhimento aos cofres municipais, e aplicação de multas. A matéria foi colocada **em**
167 **discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros Aloisio
168 Chaves, Daniel Lavareda, Cezar Colares, Antonio José Guimarães, Sérgio Leão, bem como a
169 Conselheira Substituta Adriana Oliveira, acompanharam a Relatora na íntegra. A Presidência
170 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com
171 recolhimento aos cofres municipais, aplicação de multas, e o encaminhamento de cópias dos
172 autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 31.677). Presidência do Conselheiro Daniel
173 Lavareda. **Processo nº 1352082011-00; Fundo Municipal de Habitação de Curuá;**
174 **Prestação de Contas de 2011;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Raimundo Reis
175 Barbosa Ribeiro; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina
176 Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia Barbalho; **Publicado no DOE nº 238 de**
177 **12/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
178 posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada
179 **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros Aloisio
180 Chaves, Daniel Lavareda, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, bem como o Conselheiro
181 Substituto Sérgio Dantas, acompanharam a Relatora na íntegra. O Conselheiro Cezar Colares
182 acompanhou a Relatora pela aprovação das contas, com ressalvas, e divergiu quanto a aplicação
183 da multa, sugerindo a sua exclusão. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
184 **unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas. Por maioria: aplicação de
185 multas (Acórdão nº 31.678). Vencido o Conselheiro Cezar Colares quanto a exclusão das multa
186 aplicada. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 394442012-00;**
187 **Secretaria Municipal de Comunicação de Juruti; Prestação de Contas de 2012;** Contas
188 Anuais de Gestão; Responsável: Manoel Henrique Gomes da Costa; Instrução: 3ª Controladoria;
189 Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia Barbalho;
190 **Publicado no DOE nº 238 de 12/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
191 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas,
192 com ressalvas, e aplicação de multas. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira
193 Relatora proferiu seu **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel Lavareda,
194 Cezar Colares, Antonio José Guimarães, Sérgio Leão, bem como o Conselheiro Substituto Sérgio
195 Dantas, acompanharam a Relatora na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
196 **unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multa
197 (Acórdão nº 31.679). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 193992014-**
198 **00; Fundo Municipal de Assistência Social de Bujaru; Prestação de Contas de 2014;**
199 **Contas Anuais de Gestão; Responsável: Rosiane Meneses dos Reis; Instrução: 4ª Controladoria;**
200 **Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José**
201 **Guimarães; Advogado/Contador: Tainah Prata Prata - OAB/PA 8298-E; Publicado no DOE nº**
202 **238 de 12/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
203 posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada



204 **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros Aloisio
205 Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Cezar Colares, Sérgio Leão, bem como a Conselheira
206 Substituta Adriana Oliveira, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a
207 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, aplicação de
208 multas, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº
209 31.680). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 922422014-00; FUNDEB**
210 **de Dom Eliseu; Prestação de Contas de 2014;** Contas Anuais de Gestão; Responsável:
211 Roque Rodrigues Filho; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth
212 Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Advogado/Contador: Maria
213 Edinazelia de Aguiar Rocha CRC PA 14464; Publicado no DOE nº 238 de 12/01/2018.
214 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
215 manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O
216 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel
217 Lavareda, Mara Lúcia, Cezar Colares, Sérgio Leão, bem como a Conselheira Substituta Adriana
218 Oliveira, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
219 **unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, aplicação de multas, e o encaminhamento
220 de cópias dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 31.681). Presidência do
221 Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 294002013-00; Fundo Municipal de Assistência**
222 **Social de Curuçá; Prestação de Contas de 2013;** Contas Anuais de Gestão; Responsável:
223 Edione Farias de Araújo; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria
224 Regina Cunha; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas Redistribuído por delegação do
225 Conselheiro Daniel Lavareda de acordo com a Resolução nº 07/2017; Publicado no DOE nº
226 **238 de 12/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
227 posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada
228 **em discussão.** O Conselheiro Substituto apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo
229 Conselheiro Relator. **Em votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia,
230 Cezar Colares, Antonio José Guimarães, Sérgio Leão, bem como a Conselheira Substituta Adriana
231 Oliveira, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
232 **unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com expedição do Alvará de Quitação
233 (Acórdão nº 31.682). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 750052014-00;**
234 **Fundo Municipal de Assistência Social de São Domingos do Capim; Prestação de**
235 **Contas de 2014;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Valdinéia de Oliveira Nakata;
236 Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha. Relator:
237 Conselheiro Substituto Sérgio Dantas Redistribuído por delegação do Conselheiro Daniel Lavareda
238 de acordo com a Resolução nº 07/2017; Publicado no DOE nº 238 de 12/01/2018.
239 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
240 manifestou-se pela irregularidade das contas, com recolhimento aos cofres municipais, e
241 aplicação de multas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Substituto proferiu sua
242 proposta **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia,
243 Cezar Colares, Antonio José Guimarães, Sérgio Leão, bem como a Conselheira Substituta Adriana



244 Oliveira, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à
245 **unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento aos cofres municipais,
246 aplicação de multas, bem como medida cautelar de indisponibilidade de bens pelo período de um
247 ano, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 31.683 e
248 Acórdão nº 31.684). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 294242013-00;**
249 **FUNDEB de Curuçá; Prestação de Contas de 2013;** Contas Anuais de Gestão; Responsável:
250 Evanildo Sabino Borges Rodrigues; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora
251 Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas Redistribuído por delegação do
252 Conselheiro Daniel Lavareda de acordo com a Resolução nº 07/2017; Publicado no DOE nº
253 238 de 12/01/2018. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
254 posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada
255 **em discussão**. O Conselheiro Substituto apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo
256 Conselheiro Relator. **Em votação**: Os Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia,
257 Cezar Colares, Antonio José Guimarães, Sérgio Leão, bem como a Conselheira Substituta Adriana
258 Oliveira, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à
259 **unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com expedição do Alvará de Quitação
260 (Acórdão nº 31.685). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201708441-00;**
261 **Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará; Denúncia Externa de 2013;** Despacho
262 de Inadmissibilidade de Denúncia; Denunciante: Sem Identificação; Denunciado: Ciro Goês
263 (Prefeito Municipal); Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria
264 Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia Barbalho; **Publicado no DOE nº 238 de**
265 **12/01/2018.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201712737-00; Prefeitura Municipal de**
266 **Belém; Denúncia Externa de 2017;** Denunciante: Construtora Leal Junior LTDA; Denunciado:
267 Secretaria Municipal de Saneamento de Belém (SESAN); Instrução: 1ª Controladoria; Relator:
268 Conselheiro Sérgio Leão; Advogado/Contador: Cristovina Pinheiro de Macedo (OAB-PA 5.949);
269 **Publicado no DOE nº 238 de 12/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro
270 Relator deu conhecimento ao Plenário da inadmissibilidade da Denúncia, com seu arquivamento,
271 e comunicação ao interessado na forma do art. 292, §4º, do Regimento Interno. A matéria foi
272 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. **Em votação**: Os
273 Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Cezar Colares, Antonio José
274 Guimarães, bem como a Conselheira Substituta Adriana Oliveira, acompanharam o Relator na
275 íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela
276 inadmissibilidade da denúncia, arquivamento, e comunicação ao interessado (Acórdão nº
277 31.686). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 490012006-00**
278 **(201418328-00); Prefeitura Municipal de Muaná; Pedido de Revisão de 2006;** Contra a
279 decisão do objeto da Resolução nº 10.969/2013; Autor: Raimundo Martins Cunha; Instrução: 1ª
280 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio
281 Leão; Advogado/Contador: João Batista Coelho -OAB/PA nº 19.846; Publicado no DOE nº 238
282 de 12/01/2018. Retirado de Pauta. **Processo nº 201209358-00 (790012005-00);**
283 **Prefeitura Municipal de São Miguel do Guamá; Recurso de 2005;** de Revisão contra



284 decisão objeto da Resolução nº 10.027; Recorrente: Vildemar Rosa Fernandes; Instrução: 1ª
285 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro
286 Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 238 de 12/01/2018. Retirado de Pauta. **Processo nº**
287 **550022011-00 (201705646-00); Câmara Municipal de Paragominas; Recurso de**
288 **2011;** Ordinário contra a decisão Objeto do Acórdão 30.243/2017; Recorrente: Antônio Batista
289 Oliveira Lopes; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros;
290 Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Advogado/Contador: Elvis Ribeiro da Silva OAB/PA nº 12.114;
291 **Publicado no DOE nº 238 de 12/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
292 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento
293 parcial do Recurso, com a manutenção da decisão recorrida. A matéria foi colocada **em**
294 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** **Em votação:** Os Conselheiros Aloisio
295 Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Cezar Colares, Antonio José Guimarães, bem como o
296 Conselheiro Substituto Sérgio Dantas, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência
297 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento
298 parcial do Recurso, com a manutenção da decisão recorrida (Acórdão nº 31.687). Presidência do
299 Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 640022010-00 (201607737-00); Câmara**
300 **Municipal de Rondon do Pará; Recurso de 2010;** Ordinário contra a decisão Objeto do
301 Acórdão 28.960/2016; Recorrente: José dos Reis Silva Filho; Instrução: 1ª Controladoria;
302 Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão;
303 **Publicado no DOE nº 238 de 12/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
304 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento
305 total do Recurso, reformando a decisão recorrida. A matéria foi colocada **em discussão.** O
306 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** **Em votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel
307 Lavareda, Mara Lúcia, Cezar Colares, Antonio José Guimarães, bem como o Conselheiro
308 Substituto Sérgio Dantas, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a
309 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento total do
310 Recurso, reformando a decisão recorrida (Acórdão nº 31.688). Presidência do Conselheiro Daniel
311 Lavareda. **Processo nº 652022008-00 (201412310-00); Fundo Municipal de Saúde de**
312 **Salinópolis; Recurso de 2008;** Ordinário contra a decisão Objeto do Acórdão 24.948/2014;
313 Recorrente: Merian Benoliel Gomes; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora
314 Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 238 de**
315 **12/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
316 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo não conhecimento do Recurso, mantendo a
317 decisão recorrida. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu
318 **VOTO.** **Em votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, Mara Lúcia, Cezar Colares, Antonio José
319 Guimarães, bem como os Conselheiro Substitutos Sérgio Dantas e Adriana Oliveira,
320 acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
321 **unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e não provimento do Recurso, mantendo a decisão
322 recorrida (Acórdão nº 31.689). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº**
323 **201712703-00; Câmara Municipal de Belém; Embargo de 2010;** de Declaração, Acórdão



324 nº 31.196/2017; Embargante: Walter Wilton Arbage; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério
325 Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia Barbalho;
326 **Publicado no DOE nº 238 de 12/01/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
327 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo não seguimento do
328 Embargo. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO. Em**
329 **votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel Lavareda, Cezar Colares, Antonio José
330 Guimarães, Sérgio Leão, bem como os Conselheiro Substitutos Sérgio Dantas e Adriana Oliveira,
331 acompanharam a Relatora na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
332 **unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e não provimento do Embargo (Acórdão nº 31.690).
333 Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA. PALAVRA DOS**
334 **CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** A Procuradora Maria Inez Gueiros
335 solicitou a palavra para prestar sua homenagem ao Conselheiro Laércio Franco, falecido no dia
336 doze de janeiro de dois mil e dezoito: *"Peço vênia, para iniciar a manifestação ministerial nesta*
337 *sessão plenária, fazendo importante registro, sobretudo, imperiosa e necessária homenagem ao*
338 *ex-Conselheiro Laércio Franco, que nos deixou na última sexta-feira. Nossa tradição não nos tem*
339 *preparado para perdas, ainda mais dos nossos entes queridos e próximos. Apesar da certeza do*
340 *limite temporal que temos de nossa passagem no plano existencial, a partida de alguém que*
341 *tanto representa para nós, ainda é motivo de dor e consternação. Mais do que discorrer sobre*
342 *sua trajetória pública, importa destacar, antes de tudo, sua realização enquanto ser humano.*
343 *Quem pode privar da amizade de Laércio Franco, sabe o quanto ele esteve presente na vida de*
344 *seus filhos, José, Regina, Haroldo e Otávio. E, todos sabemos, que um pai presente na educação*
345 *dos filhos é ouro de mina, um legado imensurável. Então, faço chegar minhas palavras de*
346 *condolência e fé aos seus familiares, notadamente a sua esposa Nadete e aos seus filhos, que*
347 *Deus os conforte nesse momento. Nós, atuais membros do MP-JTCM, falamos de alguém muito*
348 *próximo, pois tivemos o privilégio de conviver com o Ex-Conselheiro, com sua postura sempre*
349 *digna e conciliatória, com seu espírito altivo, do qual todo homem público deve estar revestido.*
350 *Na advocacia privada, na vida parlamentar, no Executivo e no Conselho de Contas dos*
351 *Municípios, hoje Tribunal de Contas dos Municípios, sua marca é facilmente identificável,*
352 *sobretudo os feitos humanos, decorrentes de sua postura conciliatória. Para o Ministério Público*
353 *de Contas dos Municípios, Laércio Dias Franco será sempre lembrado como o Conselheiro do*
354 *diálogo, da composição, do trabalho preventivo, da liderança advinda da conciliação. Num*
355 *momento tão delicado da vida política brasileira, notadamente em que a política partidária é*
356 *muito criticada pelos erros cometidos pelos maus políticos, fica o exemplo da retidão do ex-*
357 *Conselheiro Laércio Franco, de alguém que na política possuía adversários e não inimigos, de*
358 *alguém que conduziu em diversas oportunidades o cargo mais importante do Poder Executivo e*
359 *manteve a simplicidade no trato com autoridades e servidores. Então, as palavras que trago*
360 *nesta oportunidade, em nome do Ministério Público, não são mera formalidade, protocolo, na*
361 *medida em que tive a oportunidade de acompanhar a atuação do ex-Conselheiro Laércio Franco*
362 *por longos anos. O MPCM lhe agradece pelos anos de convivência fraterna e pelo tratamento*
363 *digno e respeitoso que sempre nos dirigiu e, sobretudo, pela amizade que mantivemos a partir*



364 *de nossas atividades funcionais*”. Em seguida, os demais Conselheiros prestaram suas
365 homenagens ao Ex-Conselheiro Laércio Franco, e à sua família, votos de pesar e sentimentos
366 pelo seu falecimento foram proferidos, assim como em sua memória, recordaram o seu esforço e
367 dedicação empregados na edificação desta Corte de Contas. O seu sobrinho, Conselheiro
368 Substituto Sérgio Dantas, em nome de sua família agradeceu a todos pelos votos e homenagens
369 prestadas. **ENCERRADA** a presente Sessão, às onze horas da qual foi lavrada a presente Ata.
370 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em dezesseis de
371 janeiro de dois mil e dezoito.
372 Ata aprovada em Sessão Ordinária nº 005/2018, em primeiro de fevereiro de dois mil e dezoito.
373 Visto:

Luis Daniel Lavareda Reis Junior
Conselheiro / Presidente / Presidente da Sessão

Mara Lúcia Barbalho da Cruz
Conselheiro / Vice Presidente / Presidente da Sessão

Jorge Antônio Cajango Pereira
Secretário Geral